

PORTFÓLIO DE PROJETOS PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL - TACA

O TACA

Os Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA constituem instrumentos jurídicos de caráter extrajudicial amplamente utilizados na seara do Direito Ambiental brasileiro, com previsão expressa na Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), em seu artigo 5º, §6º, que autoriza o Ministério Público e os órgãos públicos competentes a firmarem compromissos de ajustamento de conduta para cessar a prática de atividades lesivas ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

No âmbito ambiental, os TACA's se configuram como instrumentos de composição de conflitos e reparação de danos ambientais, que visam não apenas à cessação de condutas irregulares, mas também à reparação integral do dano, consoante os princípios da prevenção, da reparação e do poluidor-pagador, amplamente reconhecidos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, portanto, deve prever ações concretas e proporcionais ao dano causado, contemplando medidas de recuperação da área degradada, ações compensatórias e, eventualmente, a destinação de recursos financeiros vinculados a projetos de relevante interesse ambiental.

O uso estratégico dos recursos oriundos de TACA's é um instrumento fundamental para o fortalecimento das políticas públicas de meio ambiente, especialmente em realidades complexas como a do estado do Amazonas, onde as pressões socioambientais convivem com limitações estruturais dos órgãos ambientais.

Para além da função reparatória imediata, os recursos advindos dos TACA's devem ser aplicados em ações que promovam benefícios diretos ao meio ambiente e à coletividade, seja na área atingida pelo dano, seja em áreas de interesse ambiental correlato, ampliando os efeitos positivos das ações de mitigação e fortalecimento da gestão ambiental.

A correta destinação desses recursos contribui para:

- A efetivação do princípio do desenvolvimento sustentável;
- O fortalecimento das ações institucionais dos órgãos ambientais;
- A estruturação de projetos de melhoria, recuperação e conservação dos recursos naturais;
- A modernização da infraestrutura e das ferramentas de monitoramento e fiscalização;
- A promoção de ações educativas e de conscientização ambiental junto à sociedade;
- O estímulo à cultura de prevenção, transparência e responsabilização ambiental.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que os órgãos gestores, como o IPAAM, possuam um portfólio estruturado de projetos técnicos e estratégicos previamente definidos, possibilitando a correta aplicação dos recursos oriundos dos TACAs, respeitando os marcos legais, os princípios da eficiência e da impessoalidade, e garantindo a maximização dos resultados ambientais e sociais dessas ações.

Além de atender às exigências legais, esse mecanismo assegura maior transparência, controle social e fortalecimento da imagem institucional do órgão ambiental perante a sociedade, parceiros institucionais e órgãos de controle.

Correlação do Portfólio de Projetos com os Objetivos Estratégicos do IPAAM

O IPAAM, em 2023, deu um passo significativo ao implementar o Planejamento Estratégico para o período de 2024-2027, uma abordagem meticulosa que delineou 23 ações macro para guiar suas atividades em direção à sua missão institucional. Durante o processo de elaboração desse plano abrangente, tornou-se evidente a importância de direcionar os recursos provenientes de acordos de ajustamento de conduta ambientais para iniciativas que não apenas cumprissem os requisitos legais, mas também tivessem um impacto efetivo na preservação e recuperação do meio ambiente. Esta necessidade emergiu como um ponto crucial de discussão, especialmente durante a operacionalização da ação nº 07 – Implementar metodologias para cálculo de compensações.

Foi identificado um risco substancial: a possibilidade de que os recursos, mesmo com uma destinação inicialmente adequada, não fossem aplicados de maneira direta, correndo o risco de não maximizar seu potencial de mitigação de danos ambientais. Esse risco é particularmente preocupante em contextos em que a intervenção humana já causou considerável degradação ambiental.

Diante desse cenário, o objetivo principal deste portfólio é oferecer aplicações para os valores devidos de TACA dentro do contexto do Planejamento Estratégico do IPAAM. O intuito é delinear projetos específicos que utilizem os recursos provenientes de acordos de ajustamento de conduta e compensações ambientais de forma imparcial, transparente e, acima de tudo, em total conformidade com as exigências legais e regulamentares. Mais do que apenas atender a requisitos burocráticos, busca-se garantir que esses investimentos tenham um impacto tangível na mitigação dos danos

ambientais, contribuindo assim para a construção de um futuro mais sustentável para a região amazônica e suas comunidades.

Das ações estratégicas

O Planejamento Estratégico do IPAAM traz 23 ações voltadas para o alcance da missão institucional aplicados no Controle Ambiental (Educação, Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental), assim como ações voltadas para a melhoria dos recursos físicos e humanos, conforme planilha abaixo:

OBJETIVO
1. Fortalecer a transparência das informações ambientais
2. Melhorar a comunicação interna
3. Ampliar ações de educação ambiental
4. Implementar o código florestal CAR/PRA
5. Aumentar o monitoramento das atividades licenciadas
6. Fortalecer ações de fiscalização
7. Implementar metodologias para cálculo de compensações
8. Organizar resgate e destinação de fauna silvestre
9. Melhorar a gestão patrimonial
10. Capacitação de servidores
11. Atualizar os procedimentos internos
12. Organizar a gestão de portfólio e dos projetos
13. Melhorar a estrutura e gestão do Centros Multifuncionais
14. Ampliar a capacidade orçamentária e financeira
15. Melhorar a gestão dos processos
16. Atualizar estrutura jurídica e políticas do IPAAM
17. Articular a aprovação do PCCR e ampliar quadro de pessoal
18. Fortalecimento do controle interno aprimorando a governança e a gestão
19. Implementar os sistemas (SISLAM, GEOPORTAL, FISCALIZAÇÃO-SID)
20. Estreitar a parceria institucionais
21. Aperfeiçoar a gestão do PPA
22. Ampliar a infraestrutura física e de equipamentos
23. Melhorar a qualidade de vida do servidor

Uma observação fundamental é a possibilidade de agrupar as ações em dois conjuntos distintos: o Fortalecimento da Gestão Institucional e o Fortalecimento das Ações Ambientais. Essa classificação se justifica pela similaridade intrínseca entre elas e sua importância estratégica para o alcance dos objetivos propostos

FORTELECIMENTO DA GESTÃO E GOVERNANÇA	FORTELECIMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS
• Ampliar a infraestrutura física e de equipamentos • Melhorar a gestão patrimonial • Melhorar a gestão dos processos • Organizar a gestão de portfólio e dos projetos • Fortalecer o controle interno aprimorando a governança e a gestão • Aperfeiçoar a gestão do Plano Plurianual (PPA) • Melhorar a comunicação interna • Capacitação de servidores • Articular a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) e ampliar quadro de pessoal • Melhorar a qualidade de vida do servidor	• Ampliar ações de educação ambiental • Fortalecer a transparência das informações ambientais • Implementar o código florestal CAR/PRA • Aumentar o monitoramento das atividades licenciadas • Fortalecer ações de fiscalização • Implementar metodologias para cálculo de compensações • Organizar resgate e destinação de fauna silvestre • Atualizar os procedimentos internos • Melhorar a gestão dos processos • Atualizar estrutura jurídica e políticas do IPAAM • Implementar os sistemas (SISLAM, GEOPORTAL, FISCALIZAÇÃO-SID) • Estreitar a parceria institucionais • Melhorar a estrutura e gestão dos Centros Multifuncionais

Levando em consideração a amplitude de cada ação associada ao eixo principal, torna-se possível identificar projetos que estejam diretamente relacionados às temáticas abordadas, incluindo:

1. FORTALECIMENTO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Os recursos provenientes de ajustamentos de condutas desempenham um papel crucial no fortalecimento da gestão e governança do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). É fundamental reconhecer que o IPAAM desempenha um papel vital na proteção e preservação do meio ambiente na região amazônica, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos ambientais.

Ao direcionar esses recursos para melhorias na infraestrutura física e equipamentos do IPAAM, estamos investindo diretamente na capacidade operacional

e eficácia das atividades de fiscalização ambiental realizadas pelo Instituto. Uma infraestrutura adequada e equipamentos modernos não apenas otimizam as operações diárias, mas também aumentam a eficiência na detecção e prevenção de atividades ilegais que possam prejudicar o meio ambiente na região amazônica.

Além disso, ao fortalecer a infraestrutura e os equipamentos utilizados nas atividades de fiscalização ambiental do IPAAM, estamos promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo para os funcionários do Instituto, o que pode resultar em um aumento significativo na motivação e satisfação da equipe. Isso, por sua vez, pode levar a uma maior retenção de talentos e a uma força de trabalho mais qualificada e engajada.

Em última análise, os investimentos em melhorias na infraestrutura física e equipamentos do IPAAM geram retornos tangíveis e intangíveis. Eles não apenas fortalecem a capacidade do Instituto de cumprir sua missão de proteger o meio ambiente na região amazônica, mas também contribuem para o desenvolvimento de uma cultura organizacional sólida e eficiente, que é essencial para garantir a sustentabilidade a longo prazo das atividades de fiscalização ambiental do IPAAM.

1.A - Melhorias da infraestrutura física e equipamentos

1.A.1 – Projetos para melhoria da Infraestrutura física da sede IPAAM: melhoria da infraestrutura física da sede do IPAAM seria aprimorar as condições físicas e operacionais das instalações do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. Isso incluiria a modernização e expansão de prédios administrativos, laboratórios, salas de reunião e demais espaços utilizados para as atividades de fiscalização e gestão ambiental. O objetivo final seria proporcionar um ambiente de trabalho seguro, funcional e adequado às necessidades do IPAAM, promovendo a eficiência e eficácia das suas

operações de fiscalização, monitoramento e conservação ambiental na região amazônica. As aplicações do projeto terão as seguintes áreas:

- a) Contratação de Empresa Especializada para fazer manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador do CMAAP;
- b) Contratação de Empresa Especializada para fazer manutenção preventiva e corretiva do das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE;
- c) Contratação de Empresa Especializada para fazer manutenção preventiva dos extintores;
- d) Contratação de Empresa Especializada para fazer manutenção preventiva dos poços artesianos, Limpeza dos reservatórios e ampliação e recuperação da rede de distribuição de água;
- e) Contratação de Empresa Especializada para fazer manutenção preventiva e corretiva da subestação de energia do IPAAM;
- f) Contratação de Empresa Especializada para elaboração dos projetos técnicos de reforma geral do prédio sede da autarquia;
- g) Contratação de Empresa Especializada para executar a reforma do prédio da sede da autarquia;
- h) Contratação de Empresa Especializada para elaboração dos projetos técnicos de reforma dos prédios anexos (biblioteca, almoxarifado, patrimônio, transporte, depósitos e arquivos);
- i) Contratação de Empresa Especializada para elaboração dos projetos técnicos de reforma do 1º piso do Prédio do CMAAP (Centro de Monitoramento e Fiscalização Ambiental no IPAAM);
- j) Contratação de Empresa Especializada para executar reforma do 1º piso do Prédio do CMAAP (Centro de Monitoramento e Fiscalização Ambiental no IPAAM);

- k) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Anfiteatro Jorge Bonat;
- l) Contratação de Empresa Especializada para fazer a reforma do Anfiteatro Jorge Bonat;
- m) Contratação de Empresa Especializada para elaborar os Projetos Técnico do Complexo Ambiental do IPAAM (Novo Prédio e estacionamento), integrado com a infra já existente no IPAAM;
- n) Contratação de Empresa Especializada para a construção do novo Prédio Sede do IPAAM;
- o) Contratação de Empresa Especializada para a elaborar dos Projetos Técnicos para a Construção do Restaurante do IPAAM;
- p) Contratação de Empresa Especializada para construção do restaurante do IPAAM;
- q) Contratação de Empresa Especializada para elaborar os Projetos Técnicos de Urbanização (pavimentação das vias de acesso) do complexo do IPAAM;
- r) Contratação de empresa especializada para urbanização (pavimentação das vias de acesso).
- s) Aquisição de mobília diversas para equipar a Sede e CMAAP.

1.A.2 – Projetos para melhoria da infraestrutura física dos Centros Multifuncionais: O objetivo dos projetos de infraestrutura física dos Centros Multifuncionais do IPAAM é estabelecer instalações versáteis e adequadas para apoiar atividades relacionadas à proteção e gestão ambiental na região amazônica. Esses centros servem como locais estratégicos para realizar pesquisas, monitoramento, educação ambiental e outras iniciativas, promovendo a colaboração entre diferentes

setores e atores envolvidos na conservação dos recursos naturais. As aplicações do projeto terão as seguintes áreas:

- a) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Apuí
- b) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Boca do Acre
- c) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Humaitá
- d) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Manacapuru
- e) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Parintins
- f) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Tabatinga
- g) Contratação de Empresa Especializada para elaboração de projetos técnicos de reforma do Centro Multifuncional de Boca do Acre
- h) Contratação de Empresa Especializada para executar reforma do Centro Multifuncional de Apuí
- i) Contratação de Empresa Especializada para executar reforma do Centro Multifuncional de Boca do Acre
- j) Contratação de Empresa Especializada para executar reforma do Centro Multifuncional de Humaitá
- k) Contratação de Empresa Especializada para executar reforma do Centro Multifuncional de Manacapuru
- l) Contratação de Empresa Especializada para executar do Centro Multifuncional de Parintins

- m) Contratação de Empresa Especializada para executar do Centro Multifuncional de Tabatinga
- n) Contratação de Empresa Especializada para executar do Centro Multifuncional de Boca do Acre
- o) Aquisição de mobília diversas para equipar os CMFs de: (Apuí, Boca do Acre, Humaitá, Manacapuru. Parintins, Boca do Acre, Tabatinga)

1.A.3 – Projetos para melhoria dos equipamentos veiculares: aumentar a eficiência e a capacidade operacional dos veículos utilizados nas atividades de fiscalização e gestão ambiental. Isso poderia envolver a modernização da frota, a aquisição de veículos mais adequados às necessidades específicas do Instituto, a implementação de tecnologias de monitoramento e comunicação, além da manutenção regular para garantir o bom funcionamento dos veículos. As aplicações do projeto terão as seguintes áreas:

- a) Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada para realizar o licenciamento das lanchas e veículos rodoviários da autarquia;
- b) Contratação de Empresa Especializada para fazer a identificação dos veículos locados;
- c) Contratação de Empresa Especializada para fazer a manutenção preventiva e corretiva do ônibus com envelopamento e aquisição do cabeamento elétrico (extensão);
- d) Aquisição de insumos e equipamentos náuticos (jogo de chaves. Palheta, e outros) para as lanchas;
- e) Licenciamento das carretas junto ao DETRAN-AM;
- f) Contratação de Empresa Especializada para fazer a manutenção preventiva, corretiva com reposição de peças das pick-up de Humaitá, Parintins, Apuí e Manaus.

1.A.4 – Projetos para suporte e fornecimento de equipamentos de TI: suporte e fornecimento de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) seria garantir a disponibilidade, segurança e eficiência dos sistemas e recursos tecnológicos utilizados pelo IPAAM. Isso incluiria a atualização e manutenção dos equipamentos de hardware e software, a implantação de sistemas de segurança cibernética, a disponibilização de suporte técnico e treinamento para os usuários, e a expansão da infraestrutura de rede e comunicação. As aplicações do projeto terão as seguintes áreas:

- a) Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada para Projeto de lógica da sede e prédios anexos do Ipaam, com os insumos necessários;
- b) Aquisição de Drones tipo, DJI Mavic 3 Classic vem equipado com uma câmera exclusiva Hasselblad de 4/3 CMOS para fazer os registros mais incríveis e inovadores
- c) Aquisição de Baterias de Drone PHANTOM 4PRO ORIGINAL DJI, capacidade 8870mAh, para atender equipamentos da GEFA e GERM
- d) Microcomputador, Desktop; memória RAM: 16GB (2x 8GB), DDR4, 2666MHz, expansível até 64GB (4 slots UDIMM, 2 slots livres);
- e) Transceptor SFP R9D16A 1000Base-SX: Módulo transceotor SFP (Mini-Gbic)
- f) Switch Aruba Instant On 1930 24G 4SFP/SFP+: Processador e memória - ARM Cortex-A9 @ 800 MHz, 512 MB SDRAM, 256 MB flash; buffer do pacote: 1,5 MB.
- g) Aquisição de equipamentos de Informática Ploter Multifuncional, modelo Master.
- h) Notebook com processador com barramento 3.0 GHz ou superior, com no mínimo quatro núcleos, memória cache de 6MB ou superior;

- i) Placa de vídeo
- j) Nobreak, Potência Saída: 1200VA; Forma Onda: semissenoidal (retangular PWM); Tensão Entrada: 115/220V; Tensão Saída: 115V; Regulação Saída: $\pm 6\%$ em bateria, $\pm 1\%$ para operação rede; Frequência Rede: 60Hz ($\pm 5\text{Hz}$); Frequência Saída: f; OHZ • Filtro rIP linha intPrno
- k) Aquisição de Suprimentos de materiais de informática para recuperar 100 computadores desktop tipo estação de trabalho
- l) Aquisição de Equipamentos impressoras multifuncionais para CMF's do IPAAM
- m) Estruturar a ASCOM com aquisição de equipamentos e insumos destinado a comunicação Institucional.
- n) Contratar serviços de suporte de segurança de back-up para proteção de todas as informações da autarquia
- o) Contratar empresa especializada para fazer gestão do arquivo (tratar, qualificar e descartar os documentos inservíveis)
- p) Contratar empresa especializada para digitalização de todo acervo (processos, documentos, decisões judiciais, dentre outros); devidamente qualificado com base na legislação vigente.

1.A.4.1 - Soluções Digitais para Modernização do Atendimento ao Público do IPAAM

O Projeto “Totens de Autoatendimento e Soluções Digitais de Atendimento” tem como finalidade modernizar e otimizar o fluxo de atendimento ao público na recepção do IPAAM, ampliando o acesso à informação, reduzindo filas e proporcionando maior autonomia ao usuário dos serviços ambientais.

A implantação de totens de autoatendimento, de forma perene, contribui diretamente para a eficiência operacional, a transparência dos serviços públicos, a melhoria da comunicação com o cidadão e o fortalecimento da governança institucional, em conformidade com os objetivos estratégicos do IPAAM.

Essas soluções tecnológicas permitem a automatização de processos de recepção e triagem, integrando-se aos sistemas institucionais (SISLAM, SEI, Geoportal, Fiscalização-SID e futuros sistemas digitais), alinhando-se ao princípio da eficiência previsto na Constituição Federal e às diretrizes do Decreto Estadual nº 51.354/2025.

Os recursos poderão ser aplicados na aquisição, locação, contratação de serviços especializados ou manutenção dos seguintes itens:

a) Totens de Autoatendimento

- I. Totens para emissão de senhas e gerenciamento de filas.
- II. Totens informativos com acesso a legislações, normativas e serviços ambientais.
- III. Totens para consulta processual, protocolo eletrônico e serviços on-line.
- IV. Totens com QR Codes integrados para acesso ao SISLAM, e-SIC, consultas de CAR/PRA e orientações ambientais.
- V. Totens de triagem eletrônica para direcionamento rápido ao setor adequado.

b) Software, Sistemas e Integrações

- I. Desenvolvimento ou adesão a sistemas de atendimento digital.

- II. Integração com sistemas institucionais de licenciamento, fiscalização e protocolo.
- III. Painéis eletrônicos de chamada no ambiente de recepção.

c) Infraestrutura Tecnológica Associada

- I. Rede lógica e elétrica para funcionamento dos totens.
- II. Switches, nobreaks, módulos de proteção e itens de infraestrutura.
- III. Serviços de configuração, suporte técnico, manutenção e atualizações.

d) Comunicação Visual e Acessibilidade

- I. Sinalização eletrônica e orientações digitais ao público.
- II. Conteúdos acessíveis compatíveis com normas de inclusão (fonte ampliada, áudio, tradução em Libras, etc.).

1.A.5 – Projetos para melhoria das condições de trabalho: proporcionar um ambiente laboral mais seguro, saudável e produtivo para os funcionários do IPAAM. Isso poderia envolver a implementação de medidas ergonômicas, aquisição de mobiliário adequado, melhoria da iluminação e ventilação, fornecimento de EPIs de qualidade, oferta de programas de bem-estar e saúde ocupacional, além da promoção de práticas de conciliação entre vida pessoal e profissional. As aplicações do projeto terão as seguintes áreas:

- a) Contratação de Empresa Especializada para fazer a confecção de crachás com cordões para servidores e colaboradores

- b) Contratação de serviço de vigilância eletrônica por meio de vídeo (câmeras de filmagem) para Sede e CMAAP:
- c) Contratação de serviço eletrônico de Controle de Acesso as dependências da autarquia, por servidores e público demandante
- d) Aquisição de Fardamento para todos os servidores da área meio e fim (blusas polos e de manga longas, jalecos bonés, etc):
- e) Aquisição de Fardamento tático apropriados para as equipes de campo (botas, calça, blusas, jalecos, bonés, etc.)
- f) Aquisição de coletes e placas balísticas para as equipes de campo (masculino e feminino)
- g) Aquisição de equipamentos de proteção Individual EPI (capacete, colete salva-vidas, cantil, corda, cone, lacre, fita de isolamento)
- h) Aquisição de equipamentos de kits táticos de campo (caixa térmica, balde, facão, trena, lacre, fita de isolamento)
- i) Confecção de Placas de identificação de Patrimônio

2. FORTALECIMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS

Aplicar recursos de compensações e ajustamento de conduta ambiental em ações diretas, como palestras, cursos e material de campo, desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização ambiental, capacitação de stakeholders e fortalecimento das atividades de conservação. Essas ações têm importância estratégica por diversos motivos.

Primeiramente, palestras e cursos são ferramentas essenciais para sensibilizar e educar a comunidade sobre questões ambientais. Ao investir em eventos educativos, é possível disseminar informações sobre a importância da preservação dos recursos

naturais, os impactos das atividades humanas no meio ambiente e práticas sustentáveis para mitigar esses impactos.

Além disso, oferecer cursos e treinamentos especializados permite capacitar diversos públicos, como agricultores, pescadores, gestores municipais e estudantes, para que possam agir de forma responsável em relação ao meio ambiente. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades técnicas e conhecimentos específicos necessários para a implementação de práticas sustentáveis em diferentes setores.

Investir em ações de educação ambiental também fortalece o engajamento da comunidade na proteção e conservação do meio ambiente. Palestras e cursos proporcionam espaços de diálogo e participação, incentivando a colaboração entre instituições governamentais, ONGs, empresas e a sociedade civil na busca por soluções ambientais.

A aquisição de material de campo, como equipamentos de monitoramento ambiental, possibilita a realização de pesquisas científicas e monitoramento de ecossistemas. Esses dados são fundamentais para subsidiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Por fim, utilizar recursos de ajustamentos de conduta ambiental em ações diretas está alinhado com os compromissos legais e éticos das organizações e instituições. Ao investir em iniciativas que visam a conservação e recuperação ambiental, as instituições demonstram seu comprometimento com a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade

2.A - Educação ambiental:

2.A.1 – Projeto "Palestras IPAAM nas Escolas": promover a conscientização ambiental entre os estudantes por meio de palestras educativas ministradas por especialistas. As palestras abordarão uma variedade de temas relevantes para a conservação do meio ambiente e serão adaptadas para diferentes faixas etárias, garantindo que o conteúdo seja acessível e cativante para os alunos. Além das palestras, o projeto incluirá recursos educacionais complementares e atividades práticas para reforçar o aprendizado.

- a) Importância da preservação das florestas tropicais
- b) Conservação da biodiversidade: protegendo a vida selvagem
- c) Desafios da gestão de resíduos sólidos e reciclagem
- d) Uso sustentável da água: como evitar o desperdício
- e) Energias renováveis: alternativas para o futuro energético
- f) Poluição do ar: impactos na saúde humana e no meio ambiente
- g) Impactos das mudanças climáticas locais e globais
- h) Agricultura sustentável: práticas para proteger o solo e os recursos hídricos
- i) Oceanos saudáveis, planeta saudável: conservação marinha
- j) Consumo consciente: reduzindo o impacto ambiental do nosso estilo de vida
- k) Educação ambiental e cidadania: como cada indivíduo pode fazer a diferença
- l) Conexão entre meio ambiente, saúde e qualidade de vida: promovendo um futuro sustentável

2.A.2 – Projeto "Cursos de Capacitação Ambiental para Comunidades": Realização de cursos de capacitação ambiental para moradores de comunidades locais, abordando temas voltados para a preservação ambiental.

- a) Curso de Educação Ambiental Básica: Introdução aos princípios e conceitos fundamentais da educação ambiental, destacando a importância da preservação dos recursos naturais.
- b) Curso de Gestão de Resíduos Sólidos: Aborda técnicas e práticas para redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos, visando à minimização do impacto ambiental.
- c) Curso de Conservação de Áreas Verdes Urbanas: Explora estratégias para a conservação e manejo sustentável de áreas verdes dentro das cidades, promovendo a biodiversidade e a qualidade de vida.
- d) Curso de Proteção de Recursos Hídricos: Foca em medidas para preservar rios, lagos e nascentes, incluindo técnicas de monitoramento da qualidade da água e boas práticas de uso e conservação dos recursos hídricos.
- e) Curso de Agricultura Sustentável: Apresenta práticas agrícolas ambientalmente responsáveis, como o cultivo orgânico, rotação de culturas e manejo integrado de pragas, visando à conservação do solo e da água.
- f) Curso de Energias Renováveis: Explora fontes de energia limpa, como solar, eólica e biomassa, e discute sua aplicação e benefícios para o meio ambiente e a comunidade local.
- g) Curso de Educação Ambiental para Crianças: Desenvolve metodologias e recursos educativos específicos para crianças, visando sensibilizá-las e envolvê-las na conservação ambiental desde cedo.
- h) Curso de Ecoturismo e Turismo Sustentável: Aborda princípios e práticas do turismo sustentável, incluindo manejo de áreas naturais, interpretação ambiental e conscientização dos impactos do turismo.

- i) Curso de Educação Ambiental em Comunidades Indígenas: Adaptado para atender às necessidades e realidades das comunidades indígenas, promovendo o respeito às tradições e o conhecimento sobre a relação entre cultura e meio ambiente.
- j) Curso de Manejo Florestal Comunitário: Capacita os participantes no manejo sustentável de florestas, incluindo técnicas de inventário florestal, planejamento de atividades e uso de recursos naturais de forma responsável.
- k) Curso de Monitoramento Ambiental Participativo: Ensina métodos simples e acessíveis para que membros da comunidade possam monitorar a qualidade do ar, da água e da biodiversidade em seus próprios territórios.
- l) Curso de Legislação Ambiental e Direitos Socioambientais: Explora os direitos e deveres estabelecidos pela legislação ambiental brasileira, capacitando os participantes a defenderem o meio ambiente e seus direitos socioambientais.

2.A.3 – Projeto "Campanhas de Conscientização Ambiental": Desenvolvimento e implementação das campanhas de conscientização pública sobre questões ambientais, envolvendo a produção de materiais de divulgação, eventos comunitários e workshops.

- a) Campanha "Amazônia em Pé", visa sensibilizar o público sobre a importância de manter a floresta em pé para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Destaca os serviços ecossistêmicos prestados pela Amazônia, como regulação climática, conservação da biodiversidade e manutenção dos recursos hídricos.

- b) Campanha "Fogo Zero na Amazônia", tem como objetivo combater as queimadas e incêndios florestais na Amazônia, promovendo a conscientização sobre os riscos desses eventos para o ecossistema amazônico, a saúde humana e o clima global. Incentiva práticas de prevenção e controle do fogo.
- c) Campanha "Diga Não ao Desmatamento", mobilizar a sociedade para combater o desmatamento ilegal na Amazônia, destacando os impactos negativos na biodiversidade, no clima e nas comunidades locais. Promove o apoio a iniciativas de conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- d) Campanha "Vida Silvestre Protegida", visa combater a caça ilegal e o tráfico de animais silvestres na Amazônia, alertando sobre os danos à biodiversidade e os riscos de extinção de espécies. Incentiva a denúncia de atividades ilegais e promove a conscientização sobre a importância da proteção da fauna amazônica.
- e) Campanha "Amazônia em Alerta", alertar a população sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia, como aumento das temperaturas, alterações nos padrões de chuva e eventos climáticos extremos. Propõe ações individuais e coletivas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação às mudanças climáticas.
- f) Campanha "Água Limpa na Amazônia", proteger os recursos hídricos da Amazônia, promovendo a conservação dos rios, igarapés e lagos da região. Destaca a importância da água para a vida e a necessidade de evitar a contaminação por atividades humanas, como mineração e desmatamento.

- g) Campanha "Amazônia Legal: Terra de Todos", destaca a importância da regularização fundiária na Amazônia, visando combater o desmatamento ilegal e o conflito pela posse da terra. Promove a regularização de terras para comunidades tradicionais e povos indígenas, garantindo seus direitos territoriais e contribuindo para a conservação da floresta.
- h) Campanha "Biodiversidade Amazônica em Risco", alerta para a perda acelerada de biodiversidade na Amazônia, resultado do desmatamento, da exploração ilegal de recursos naturais e das mudanças climáticas. Destaca a importância de proteger e conservar as espécies amazônicas, muitas das quais são únicas no mundo.
- i) Campanha "Educação Ambiental na Amazônia", promove a educação ambiental como ferramenta fundamental para a conservação da Amazônia, capacitando a população local e as novas gerações a compreenderem os desafios ambientais e a adotarem práticas sustentáveis em suas comunidades.
- j) Campanha "Reflorestamento Amazônico", incentiva a restauração de áreas degradadas na Amazônia por meio do reflorestamento e da recuperação de ecossistemas naturais. Destaca os benefícios da restauração florestal para a biodiversidade, o clima, a qualidade do solo e da água, e a geração de renda para comunidades locais.
- k) Campanha "Conexão Amazônia", fortalecer a conexão entre os habitantes da Amazônia e sua floresta, promovendo o orgulho e a identidade amazônica e incentivando a participação ativa na conservação e no desenvolvimento sustentável da região.

- l) Campanha "Amazon Safe: Protegendo a Saúde na Amazônia", aborda os impactos da degradação ambiental na saúde das populações amazônicas, como aumento de doenças respiratórias, problemas dermatológicos e contaminação da água potável.

2.A.4 – Projeto “Eventos Educativos, Científicos, Tecnológicos e de Capacitação Ambiental”:

O Projeto “Eventos Educativos, Científicos e de Capacitação Ambiental” tem como finalidade estruturar e viabilizar ações educacionais de grande porte, com abrangência regional ou estadual, voltadas à promoção da sustentabilidade, ao fortalecimento da cultura ambiental, à divulgação técnico-científica e à formação de agentes públicos e privados envolvidos na gestão ambiental.

A realização de seminários, simpósios, jornadas técnicas, fóruns de debate, encontros regionais, oficinas temáticas e conferências possibilita a disseminação de conhecimento qualificado, incentiva a participação social, amplia a transparência das ações ambientais e promove o diálogo interinstitucional em torno dos desafios socioambientais do Estado do Amazonas.

Esses eventos constituem instrumentos eficazes de prevenção ambiental, alinhados aos princípios da educação ambiental previstos na Lei nº 9.795/1999, à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), ao Decreto Estadual nº 51.354/2025 e às diretrizes estratégicas do IPAAM, possibilitando a formação de redes colaborativas entre academia, sociedade civil, setor produtivo e poder público.

Os recursos destinados ao projeto poderão ser aplicados nas seguintes ações:

a) Custos Logísticos e Operacionais do Evento

- I. Locação de auditórios, salas, centros de convenções ou espaços comunitários.
- II. Serviços de sonorização, iluminação, imagem, transmissão ao vivo e gravação.
- III. Contratação de empresas especializadas para apoio técnico-operacional.

b) Material Didático e de Divulgação

- I. Produção de cartilhas, folders, banners, crachás, apostilas e sinalização visual.
- II. Kits de participação (blocos, canetas, pastas, material pedagógico).
- III. Produção de vídeos institucionais e peças digitais.

c) Capacitação Técnica

- I. Pagamento de instrutores, palestrantes, facilitadores e mediadores, conforme legislação aplicável.
- II. Desenvolvimento de metodologias e conteúdos educativos.

d) Participação Comunitária

- I. Apoio à presença de representantes de comunidades tradicionais, agricultores, ribeirinhos e entidades ambientalistas.

- II. Cobertura de transporte terrestre ou fluvial quando vinculado ao objetivo educativo do evento.

e) Infraestrutura Temporária

- I. Locação de tendas, mobiliário, climatização, palcos e suporte estrutural.
- II. Serviços de acessibilidade, incluindo intérprete de Libras e adequação dos espaços.

f) Registro e Transparência

- I. Contratação de fotografia, filmagem e edição para registro e publicação dos resultados.
- II. Produção de relatórios finais, atas, sínteses técnicas e documentos de encaminhamento.

2.B – Monitoramento das atividades licenciadas:

2.B.1 – Projeto "Modernização do Sistema de Monitoramento Ambiental": O projeto "Modernização do Sistema de Monitoramento Ambiental" tem como foco a atualização e aquisição de equipamentos essenciais para fortalecer o sistema de monitoramento ambiental. Isso inclui a incorporação de tecnologias avançadas como drones, câmeras de vigilância e sensores de qualidade do ar e da água. Essa iniciativa visa aprimorar a capacidade de monitoramento, permitindo uma vigilância mais eficaz das áreas ambientais críticas, com aquisições dos seguintes insumos:

- a) Drones: Drones de diferentes tipos e especificações, incluindo drones com capacidade de voo de longo alcance, drones

equipados com câmeras de alta resolução e sensores especiais para detecção de desmatamento e queimadas, e drones aquáticos para monitoramento de corpos d'água.

- b) Câmeras de Vigilância: Câmeras de vigilância de alta definição para instalação em locais estratégicos, como áreas de conservação, reservas indígenas e pontos de entrada e saída de áreas protegidas. Essas câmeras serão utilizadas para monitorar atividades suspeitas e identificar infratores.
- c) Máquinas Fotográficas Profissionais: Máquinas fotográficas de alta resolução e qualidade para captura de imagens detalhadas durante as operações de monitoramento de campo, permitindo documentar evidências de desmatamento, queimadas e outras atividades ilegais.
- d) Sensores de Qualidade do Ar: Sensores de qualidade do ar para monitoramento contínuo da poluição atmosférica, incluindo medição de gases como dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), ozônio (O₃) e material particulado (PM_{2.5} e PM₁₀).
- e) Sensores de Qualidade da Água: Sensores de qualidade da água para monitoramento dos principais parâmetros físico-químicos, como pH, temperatura, turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade e presença de contaminantes como metais pesados e agrotóxicos.
- f) Estações Meteorológicas Automáticas: Estações meteorológicas automáticas para coleta de dados climáticos em tempo real, incluindo temperatura, umidade relativa do ar, velocidade e direção do vento, precipitação e radiação solar.

- g) Equipamentos de Processamento e Armazenamento de Dados: Servidores, computadores e sistemas de armazenamento em nuvem para processamento e análise dos dados coletados, permitindo a geração de relatórios e mapas de monitoramento ambiental em tempo real.
- h) Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Equipamentos de proteção individual, como botas, luvas, capacetes, óculos de proteção e máscaras faciais, para garantir a segurança e o bem-estar dos profissionais envolvidos nas operações de monitoramento ambiental.
- i) Material de Manutenção e Reposição: Material de manutenção e reposição, incluindo baterias, peças de reposição para os equipamentos, combustível para geradores, e suprimentos para garantir o funcionamento contínuo do sistema de monitoramento ambiental.
- j) Outros Materiais de Campo: Binóculos, GPS, lanternas, equipamentos de camping, câmera fotográfica, kits de primeiros socorros, e outros materiais essenciais para as equipes de monitoramento realizarem suas atividades de forma segura e eficiente em campo.

2.C – Resgate de Fauna Silvestre:

2.C.1 – Projeto " Ações de Resgate de Fauna Silvestre ": O projeto "Ações de Resgate de Fauna Silvestre" é uma iniciativa voltada para a implementação de atividades de resgate, reabilitação e, quando possível, reintrodução de animais silvestres na Amazônia. Este projeto tem como objetivo principal oferecer assistência

emergencial a animais feridos, órfãos ou vítimas de tráfico ilegal, contribuindo para a conservação da biodiversidade e o bem-estar da fauna amazônica.

- a) Gaiolas e Viveiros Adequados: Gaiolas e viveiros de diferentes tamanhos e configurações para abrigar os animais resgatados, garantindo seu conforto e segurança durante o período de reabilitação.
- b) Equipamentos de Alimentação: Recipientes e comedouros apropriados para fornecer alimentação adequada às diferentes espécies de fauna silvestre, incluindo rações específicas, frutas, verduras e insetos.
- c) Material de Contenção e Manejo: Equipamentos de contenção segura para manejar os animais durante os procedimentos veterinários, como luvas, redes, ganchos e seringas tranquilizantes.
- d) Material de Primeiros Socorros Veterinários: Kits de primeiros socorros contendo medicamentos, ataduras, materiais de sutura e outros itens necessários para prestar assistência veterinária emergencial aos animais resgatados.
- e) Equipamentos de Diagnóstico e Monitoramento: Aparelhos de diagnóstico veterinário, como estetoscópios, termômetros, medidores de pressão arterial e equipamentos de análises laboratoriais para avaliar a saúde dos animais e acompanhar sua evolução durante o processo de reabilitação.
- f) Acessórios para Enriquecimento Ambiental: Brinquedos, poleiros, tocas e outros acessórios que proporcionem

enriquecimento ambiental aos animais, estimulando comportamentos naturais e reduzindo o estresse do cativeiro.

- g) Material de Higiene e Limpeza: Produtos de limpeza e desinfecção para manter as instalações do instituto limpas e livres de agentes patogênicos, garantindo a saúde dos animais e da equipe de trabalho.
- h) Transporte Especializado: Veículos adequados para o transporte seguro e confortável dos animais resgatados, equipados com compartimentos específicos e sistemas de ventilação adequados.
- i) Material de Identificação e Registro: Etiquetas, coleiras, microchips e sistemas de registro para identificar individualmente os animais resgatados e monitorar seu progresso ao longo do processo de reabilitação.
- j) Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Equipamentos de proteção individual, como luvas, máscaras faciais, aventais e óculos de proteção, para garantir a segurança da equipe durante o manejo dos animais e a realização dos procedimentos veterinários.

3. MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

Investir recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACA) na modernização e atualização do arcabouço legal ambiental do Estado do Amazonas representa um avanço estratégico fundamental para o fortalecimento das políticas públicas ambientais e para a melhoria dos serviços prestados pelo IPAAM.

A legislação ambiental estadual, construída ao longo de décadas, demanda constante revisão e atualização para que seja capaz de acompanhar as inovações tecnológicas, os novos paradigmas de gestão ambiental e os desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à proteção dos recursos naturais e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

A modernização das normas, dos procedimentos e dos instrumentos legais de controle ambiental proporcionará maior segurança jurídica para o exercício das atividades institucionais, clareza normativa para o setor produtivo, celeridade processual nos procedimentos administrativos e fortalecimento do poder de polícia ambiental.

O investimento em ações de revisão e consolidação da legislação ambiental também contribui diretamente para:

- Desburocratização dos serviços públicos ambientais;
- Atualização das bases normativas de controle e licenciamento;
- Fortalecimento da governança ambiental;
- Ampliação da transparência e da segurança nas decisões técnicas;
- Melhoria da eficiência e da assertividade na gestão ambiental do Estado.

Além disso, os recursos aplicados nesse projeto permitem que a atualização legal seja realizada de forma participativa, envolvendo diversos segmentos da sociedade, especialistas, órgãos públicos e o setor produtivo, garantindo legitimidade e representatividade às propostas normativas construídas.

Por meio da revisão e modernização do arcabouço legal ambiental do Amazonas, o IPAAM e a SEMA reforçam seu compromisso institucional com a promoção de um ambiente normativo mais moderno, eficiente e adequado às necessidades da sociedade amazonense, sem perder de vista a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do Estado.

3.D.1 Estudo e Elaboração da Nova Política Ambiental do Estado do Amazonas:

Revisar e propor a Nova Política Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, de forma participativa, atualizando os marcos normativos vigentes, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e modernizando o Sistema Estadual de Meio Ambiente.

a) Diagnóstico Normativo e a Análise das Lacunas existentes no arcabouço legal ambiental do Estado do Amazonas. Nesta etapa, será realizado o levantamento e o mapeamento de toda a legislação ambiental estadual vigente, com destaque para a análise detalhada da Lei Estadual nº 1.532/82, que instituiu a Política Estadual de Prevenção e Controle da Poluição. Será elaborado um relatório analítico contendo a comparação dessa legislação com dispositivos nacionais e de outros estados, a fim de identificar lacunas, desatualizações, sobreposições normativas e oportunidades de aprimoramento.

b) Diagnóstico Normativo e a Análise das Lacunas existentes no arcabouço legal ambiental do Estado do Amazonas. Nesta etapa, será realizado o levantamento e o mapeamento de toda a legislação ambiental estadual vigente, com destaque para a análise detalhada da Lei Estadual nº 1.532/82, que instituiu a Política Estadual de Prevenção e Controle da Poluição. Será elaborado um relatório analítico contendo a comparação dessa legislação com dispositivos nacionais e de outros estados, a fim de identificar lacunas, desatualizações, sobreposições normativas e oportunidades de aprimoramento.

c) Elaboração da Proposta da Nova Política Estadual de Meio Ambiente. Nesta etapa, será construída a proposta normativa contendo a definição de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da nova política, considerando a realidade regional

e os desafios específicos do Amazonas. Também será proposta a modernização do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a regulamentação do funcionamento do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA-AM, além da definição dos principais conceitos que irão subsidiar os demais instrumentos legais e normativos decorrentes da nova política.

d) Elaboração da Proposta da Nova Política Estadual de Meio Ambiente. Nesta etapa, será construída a proposta normativa contendo a definição de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da nova política, considerando a realidade regional e os desafios específicos do Amazonas. Também será proposta a modernização do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a regulamentação do funcionamento do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA-AM, além da definição dos principais conceitos que irão subsidiar os demais instrumentos legais e normativos decorrentes da nova política.

3.D.2 – Modernização da Legislação do Licenciamento Ambiental

Diagnosticar, revisar e propor atualizações na legislação do Licenciamento Ambiental do Estado do Amazonas, com foco na simplificação, eficiência e segurança dos procedimentos, adequando os tipos de licenciamento e os ritos processuais à realidade regional e legal vigente.

a) Diagnóstico Normativo e Procedimental, com levantamento detalhado da legislação do licenciamento ambiental vigente no Amazonas, análise da Lei nº 3.785/2012 e suas alterações, identificação de gargalos, limitações e sobreposições normativas. Análise de marcos legais comparados com outros estados.

b) Propostas de Modernização e Simplificação dos Procedimentos com a construção de propostas de atualização das normas do licenciamento ambiental,

definição de tipos de licenciamento, ritos processuais, regras de dispensa ou inexigibilidade, autorização ambiental e parâmetros de controle.

c) Revisão dos Termos de Referência realizando uma análise crítica dos atuais Termos de Referência e elaboração de novos modelos adequados à realidade do Amazonas e às atividades prioritárias licenciáveis.

d) Elaboração das Minutas Normativas Finais, com a consolidação dos estudos e elaboração das minutas de Lei, Decretos e demais atos normativos, para atualização do licenciamento ambiental no Estado.

3.D.3 – Reestruturação do CEMAAM e do FEMA-AM

Reestruturar o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas e aprimorar a governança e a gestão do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA-AM, por meio do diagnóstico normativo, revisão das competências e elaboração de novos atos legais para fortalecimento institucional e funcional desses instrumentos.

a) Diagnóstico detalhado da atual composição e funcionamento do CEMAAM, com análise da presença dos membros, da paridade entre poder público e sociedade civil organizada e da pertinência dos segmentos representados com a temática ambiental. Este diagnóstico envolverá ainda a verificação dos atos normativos vigentes que regem o Conselho, incluindo a comparação com dispositivos legais nacionais e estaduais de referência, de modo a identificar pontos de desatualização, sobreposição normativa ou necessidade de aprimoramento. Serão promovidas reuniões técnicas internas com a equipe do IPAAM e da SEMA, bem como rodas de conversas com a composição atual do CEMAAM, buscando identificar falhas operacionais, dificuldades procedimentais e eventuais obstáculos ao pleno funcionamento do Conselho.

b) Construir a proposta de nova composição do Conselho, considerando os princípios da representatividade, paridade e relevância temática. Também serão propostas as competências institucionais do CEMAAM, a revisão de suas atribuições legais e a estruturação de fluxogramas de processos administrativos que envolvam sua atuação, de modo a garantir maior celeridade, eficiência e transparência na dinâmica dos trabalhos. Esta etapa contará com a realização de reuniões técnicas com as equipes do IPAAM e da SEMA, participação em eventos públicos e apresentação das propostas junto aos membros do Conselho, de forma a viabilizar o aperfeiçoamento das sugestões apresentadas e garantir legitimidade ao processo de reestruturação.

c) Proposta de aprimoramento do Fundo Estadual de Meio Ambiente do Amazonas – FEMA-AM. Será realizado o levantamento dos atos normativos vigentes que disciplinam o funcionamento do Fundo, a identificação de fontes de recursos e a análise de sua aplicabilidade, tendo como referência fundos ambientais similares em nível federal e de outros estados da Amazônia Legal. Esta etapa também contemplará a identificação de lacunas normativas que demandem regulamentação, como decretos que regulamentem leis já existentes ou portarias necessárias para disciplinar serviços e procedimentos. Ao final do projeto, será elaborada e apresentada a minuta dos atos normativos revisados ou propostos, incluindo leis, decretos, portarias, resoluções ou instruções normativas, visando à reestruturação do CEMAAM e ao aprimoramento do FEMA-AM como instrumentos fundamentais da política ambiental do Estado do Amazonas.

3.D.4 – Reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – CERH-AM

Reestruturar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – CERH-AM, revisando sua composição, funcionamento e competências, modernizando os

fluxos administrativos e atualizando os atos normativos relacionados à gestão dos recursos hídricos no estado.

a) Diagnóstico detalhado da composição e do funcionamento do CERH-AM, a partir da análise das atas das reuniões do último mandato, verificando-se a efetividade da participação dos membros, a paridade entre o poder público e a sociedade civil organizada, bem como a pertinência dos segmentos representados em relação à temática dos recursos hídricos. Este diagnóstico incluirá a análise crítica dos atos normativos vigentes que regulamentam o Conselho, com comparação aos dispositivos legais nacionais e estaduais similares, de modo a identificar possíveis desatualizações, desconformidades e lacunas normativas que necessitem de aprimoramento. Para subsidiar esta etapa, serão realizadas reuniões técnicas com as equipes do IPAAM e da SEMA, bem como encontros com a atual composição do CERH-AM, buscando identificar desafios operacionais e oportunidades de melhoria.

b) Proposição das ações de reestruturação do CERH-AM, com a definição de uma nova proposta de composição do Conselho, adequada às necessidades atuais da política estadual de recursos hídricos e observando os princípios de representatividade e paridade. Serão elaboradas propostas para redefinir as competências institucionais do Conselho, fortalecer suas atribuições legais e aprimorar seus fluxos de funcionamento administrativo, de modo a garantir maior dinamismo, eficiência e transparência nas deliberações e nos processos internos. Essa etapa contemplará a elaboração de fluxogramas de processos administrativos que envolvam a atuação do CERH-AM, além de reuniões e eventos públicos convocados pelo IPAAM e pela SEMA, para apresentação, debate e aperfeiçoamento das propostas junto aos membros do Conselho e à sociedade civil.

c) Revisão normativa e a elaboração das minutas dos atos legais necessários à reestruturação do CERH-AM. Com base nas análises e propostas desenvolvidas nas

etapas anteriores, serão elaboradas as minutas de Lei, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções Normativas, adequadas à modernização do Conselho e ao fortalecimento da governança dos recursos hídricos no Estado do Amazonas. Esta etapa também contemplará a sistematização das propostas em um relatório final detalhado, garantindo a conformidade legal, a transparência institucional e a eficiência dos instrumentos normativos a serem encaminhados para deliberação e aprovação nas instâncias competentes.

3.D.5 - Atualização das Tabelas de Preços do Licenciamento Ambiental do Estado: Relatório com a proposta justificada de minutas de ato normativo, com o diagnóstico sobre o atual regramento dos valores praticados pelo IPAAM no Licenciamento Ambiental. Avaliar a tabela praticadas por outros Estados, por amostragem, e outros marcos legais, identificar a necessidade de adequação e elaboração das minutas para aprovação e elaborar minuta de Decreto visando a alteração dos valores praticados pelo IPAAM no Licenciamento Ambiental.

3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE TACA

Fundamentação Legal, Contextualização e Princípios Orientadores

A presente metodologia tem por objetivo estabelecer as diretrizes, procedimentos e critérios que nortearão a destinação dos recursos financeiros oriundos dos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA firmados no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, com vistas a garantir que a aplicação dos valores pactuados ocorra em consonância com os princípios constitucionais, com as normas ambientais vigentes e com a missão institucional do órgão ambiental estadual.

Os TACAs, enquanto instrumentos de compromisso firmados entre o poder público e os agentes responsáveis pela prática de infrações ambientais, têm se

consolidado como importantes mecanismos de reparação de danos, de regularização de condutas e de fortalecimento das políticas públicas ambientais. Para tanto, sua utilização deve observar os princípios gerais do Direito Ambiental, bem como as orientações legais específicas que disciplinam a matéria, garantindo segurança jurídica, eficiência na gestão dos recursos e efetividade nas ações de proteção e conservação do meio ambiente.

Como marco normativo estadual essencial para o desenvolvimento desta metodologia, destaca-se o Decreto Estadual nº 51.354, de 13 de março de 2025, que regulamenta o processo de apuração de infrações à legislação ambiental no Estado do Amazonas, incluindo as disposições relativas à reparação de danos, às penalidades aplicáveis e à celebração de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA, como instrumento previsto no ordenamento jurídico pátrio.

Além do Decreto Estadual nº 51.354/2025, a metodologia proposta fundamenta-se na Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), bem como nas disposições constantes na Lei Estadual nº 1.532/1982, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle da Poluição do Amazonas, e nas demais normas complementares que disciplinam a atuação dos órgãos ambientais.

Importante destacar que a aplicação dos recursos oriundos de TACA's deve estar alinhada com os princípios que regem a Administração Pública, em especial os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade, buscando assegurar transparência, controle social e maximização dos resultados esperados das ações financiadas com tais recursos.

Diante do exposto, a presente metodologia orienta-se por um conjunto de princípios fundamentais que devem nortear toda a lógica de aplicação dos recursos provenientes dos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental.

Em primeiro lugar, destaca-se o princípio da razoabilidade, o qual determina que a aplicação dos recursos deve guardar proporcionalidade entre a gravidade da infração cometida, o potencial de dano ambiental causado e a natureza das ações a serem financiadas com os valores oriundos do TACA.

O princípio da proporcionalidade, por sua vez, assegura que a resposta ambiental pactuada por meio do TACA seja adequada, necessária e suficiente para promover a reparação integral do dano ambiental causado, bem como para prevenir a ocorrência de novos ilícitos ambientais.

Outro princípio norteador desta metodologia é o princípio da prevenção, que orienta a destinação dos recursos para ações que busquem reduzir os riscos ambientais, mitigar os impactos e promover boas práticas ambientais junto à sociedade e aos setores produtivos.

Ainda, destaca-se o princípio da reparação integral do dano ambiental, o qual impõe que o agente infrator, além de cessar a prática lesiva, deve adotar medidas efetivas que promovam a recuperação da área afetada, a recomposição dos recursos naturais degradados e a mitigação dos impactos ambientais causados.

Por fim, a presente metodologia adota como princípio fundamental o fortalecimento institucional, compreendendo que a proteção ambiental efetiva depende, necessariamente, de um órgão ambiental estruturado, equipado e dotado de capacidade operacional para exercer suas atribuições de comando, controle, fiscalização e educação ambiental. Nesse sentido, parte dos recursos de TACA's poderão ser direcionados para o fortalecimento da estrutura do IPAAM, desde que observadas as diretrizes estabelecidas nesta metodologia e desde que garantida a destinação prioritária de recursos para ações diretas de reparação ambiental e prevenção na área afetada.

De forma complementar, a presente metodologia busca assegurar que a destinação dos recursos oriundos de TACA's contribua para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, considerando sua realidade socioambiental, a diversidade de seus ecossistemas, a importância da Amazônia para o equilíbrio climático global e os desafios institucionais enfrentados na gestão ambiental pública.

Assim, a aplicação dos recursos deverá ser orientada por critérios técnicos, vinculada a projetos previamente estruturados no Portfólio de Projetos do IPAAM, e respeitando os eixos estratégicos definidos pela instituição, garantindo que as ações financiadas com recursos de TACA's estejam alinhadas com as políticas públicas ambientais, os instrumentos de planejamento do órgão e os princípios da governança pública

3.1 Metodologia de Categorização das Infrações Ambientais e Critérios de Aplicação dos Recursos de TACA's

A presente metodologia adota como premissa fundamental o princípio da proporcionalidade, previsto no Direito Ambiental e consagrado pela Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), pelo Decreto Federal nº 6.514/2008 e pelo Decreto Estadual nº 51.354/2025, que regulamenta o processo de apuração de infrações ambientais no Estado do Amazonas.

Dessa forma, as infrações ambientais cometidas e apuradas pelo IPAAM deverão ser classificadas conforme critérios de gravidade, levando em consideração o potencial de dano ambiental, a efetiva ocorrência do dano, a extensão dos impactos ambientais, a natureza do recurso ambiental afetado, o comportamento do infrator e a área afetada.

Este critério de categorização visa estabelecer um modelo de dosimetria ambiental aplicável aos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA,

permitindo que os recursos financeiros oriundos dessas obrigações sejam destinados de maneira equilibrada e transparente entre ações diretas de recuperação socioambiental e ações indiretas de fortalecimento da estrutura institucional do IPAAM.

Para tanto, definem-se quatro categorias de infrações ambientais:

Categoria de Infração	Crítérios Gerais	Exemplo de Infrações	Direcionamento dos Recursos de TACA
Leve	Sem dano ambiental direto. Infrações formais ou documentais. Baixa gravidade e sem reincidência.	Falta de atendimento de condicionantes; Ausência de licenciamento em atividade de baixo impacto.	80% em ações educativas, preventivas, comunitárias na área afetada ou na localidade. 20% em projetos institucionais (gestão, TI, equipamentos).
Moderada	Dano ambiental localizado e reversível. Atividade não licenciada de médio impacto. Falha na mitigação.	Supressão vegetal em área urbana sem APP; Lançamento de resíduos em área controlada.	50% em ações diretas de recuperação e monitoramento na área afetada. 50% em fortalecimento institucional (equipamentos, pessoal, monitoramento, laboratórios).
Grave	Dano ambiental significativo, permanente ou em APP. Atividade com impacto elevado ou recorrente.	Desmatamento ilegal em APP; Poluição hídrica ou atmosférica grave.	60% em ações de mitigação, recuperação ou compensação ambiental na área afetada. 40% em projetos institucionais (monitoramento, fiscalização, educação ambiental).
Gravíssima	Dano ambiental irreversível, afetando ecossistemas frágeis, comunidades tradicionais ou biodiversidade rara. Crimes ambientais dolosos.	Desmatamento em Terra Indígena; Contaminação de aquíferos; Morte de fauna silvestre protegida.	70% em ações de reparação e monitoramento contínuo. 30% em ações de fortalecimento da governança ambiental e estrutura do IPAAM.

No âmbito da aplicação dos recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA's, a presente metodologia estabelece como diretriz

essencial que todo instrumento firmado deverá, obrigatoriamente, contemplar a previsão de aplicação de percentual dos recursos financeiros em ações educativas, preventivas e socioambientais, voltadas diretamente à mitigação de riscos ambientais, à conscientização da sociedade e à promoção de boas práticas de sustentabilidade.

Este critério decorre do entendimento de que a prevenção é um dos pilares do Direito Ambiental, sendo imprescindível que parte das obrigações pactuadas com os infratores tenha um caráter pedagógico e transformador, promovendo ações que resultem em benefícios concretos para a localidade afetada ou para o meio ambiente de maneira ampliada.

Para as infrações classificadas como de categoria leve ou moderada, as ações compensatórias a serem previstas nos TACA's deverão priorizar a execução de projetos socioambientais que fortaleçam a cultura de responsabilidade ambiental. Entre essas ações, recomenda-se a realização de projetos de educação ambiental junto a escolas, associações comunitárias ou grupos produtivos locais; programas de capacitação e qualificação de comunidades em práticas sustentáveis; atividades de reflorestamento e recuperação de áreas verdes em espaços públicos ou degradados; campanhas educativas de conscientização ambiental; bem como o apoio a projetos de gestão de resíduos sólidos ou de incentivo à produção sustentável em pequenas comunidades.

Já para as infrações classificadas como graves ou gravíssimas, a metodologia orienta que o foco das ações compensatórias deverá ser direcionado, prioritariamente, à execução de medidas na área diretamente afetada pelo ilícito ambiental. Nessas situações, os TACA's deverão conter cláusulas específicas que exijam a execução de ações de recuperação ambiental, monitoramento de indicadores ambientais, contenção de danos, recomposição florestal, recuperação de nascentes, recuperação de APPs ou outras medidas técnicas compatíveis com o dano causado.

Além das ações de caráter reparatório, os TACA's decorrentes de infrações graves ou gravíssimas poderão destinar parte dos recursos ao fortalecimento da capacidade de monitoramento, fiscalização e gestão ambiental do IPAAM. Tal previsão decorre do entendimento de que a proteção do meio ambiente exige um órgão ambiental estruturado e capacitado, capaz de dar continuidade ao acompanhamento das áreas afetadas, realizar fiscalizações preventivas e garantir o efetivo cumprimento das medidas pactuadas.

Importante destacar que as ações de fortalecimento institucional previstas nos TACA's deverão, preferencialmente, estar vinculadas aos projetos estratégicos previamente organizados e consolidados no Portfólio de Projetos do IPAAM. O objetivo desta medida é garantir que os investimentos realizados estejam alinhados aos eixos estratégicos definidos pela instituição, evitando ações isoladas e promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.

Nesse sentido, o Portfólio de Projetos do IPAAM funcionará como um banco de projetos institucional, contendo as iniciativas prioritárias e os programas estruturantes voltados à modernização do órgão, à melhoria da gestão ambiental, ao fortalecimento da fiscalização, à ampliação da educação ambiental, à modernização tecnológica e à capacitação contínua dos servidores.

Assim, a metodologia proposta assegura que os recursos financeiros decorrentes dos TACA's sejam aplicados de forma planejada, articulada e eficiente, garantindo que os benefícios das ações compensatórias extrapolem o caráter meramente reparatório, alcançando a coletividade, fortalecendo o controle social e consolidando a presença do Estado na defesa do meio ambiente.

DA CONCLUSÃO

A construção deste Portfólio de Projetos para Aplicação de Recursos Oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACAs representa um avanço estratégico e metodológico inédito no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. O presente documento consolida não apenas um instrumento técnico de planejamento, mas também um compromisso institucional com a boa governança ambiental, a responsabilidade socioambiental e a transparência na gestão dos recursos públicos.

O Estado do Amazonas, pela sua dimensão territorial, complexidade socioambiental e desafios peculiares ao contexto amazônico, demanda soluções inovadoras e efetivas para enfrentar os problemas ambientais que se avolumam a cada ano. Neste sentido, os TACAs deixam de ser vistos apenas como instrumentos reparatórios isolados e passam a integrar uma política pública articulada, capaz de gerar resultados permanentes, integrados e sinérgicos com os objetivos estratégicos do IPAAM.

A metodologia aqui apresentada proporciona um novo paradigma na destinação dos recursos de TACAs, orientando a sua aplicação de maneira proporcional à gravidade das infrações ambientais, priorizando ações diretas de recuperação e prevenção nas áreas afetadas, mas reconhecendo também a necessidade de fortalecimento da estrutura institucional do órgão ambiental, condição indispensável para garantir a efetividade das ações de fiscalização, monitoramento e controle ambiental em um território de dimensões continentais.

Além disso, a organização dos projetos em um Portfólio estruturado permite ao IPAAM agir com rapidez, eficiência e segurança jurídica na definição das ações a serem financiadas, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada, transparente e em conformidade com os eixos estratégicos do Planejamento Institucional 2024-2027.

Este documento nasce, portanto, como um marco de governança ambiental, apto a fortalecer a imagem do IPAAM perante a sociedade, os órgãos de controle e os parceiros institucionais, sendo capaz de viabilizar projetos estruturantes que ampliem a capacidade de resposta do Estado diante das pressões ambientais.

Finalmente, destaca-se que o presente Portfólio deverá ser um instrumento dinâmico, sujeito a revisões, aperfeiçoamentos e atualizações periódicas, de modo a garantir sua constante aderência às novas demandas ambientais, aos avanços tecnológicos e às necessidades institucionais que surgirem ao longo do tempo. O compromisso do IPAAM é com um futuro mais sustentável, justo e equilibrado para o Estado do Amazonas e para as gerações futuras

Manaus, 12/04/2025

1.A.4.1 – Projeto “Totens de Autoatendimento e Soluções Digitais para Modernização do Atendimento ao Público do IPAAM”

O Projeto “Totens de Autoatendimento e Soluções Digitais de Atendimento” tem como finalidade modernizar e otimizar o fluxo de atendimento ao público na recepção do IPAAM, ampliando o acesso à informação, reduzindo filas e proporcionando maior autonomia ao usuário dos serviços ambientais.

A implantação de totens de autoatendimento, de forma perene, contribui diretamente para a eficiência operacional, a transparência dos serviços públicos, a melhoria da comunicação com o cidadão e o fortalecimento da governança institucional, em conformidade com os objetivos estratégicos do IPAAM.

Aplicações possíveis dos recursos de TACA:

1. Totens de Autoatendimento

- Emissão de senhas e gerenciamento de filas.
- Consulta processual, protocolo eletrônico e serviços ambientais.
- Acesso digital à legislação e orientações ambientais.

2. Software, Sistemas e Integrações

- Sistemas de atendimento, triagem eletrônica e painéis digitais.
- Integração com SISLAM, SEI, Geoportal e sistemas internos.

3. Infraestrutura Tecnológica

- Rede lógica, elétrica, nobreaks, switches e suporte técnico.

4. Comunicação Visual e Acessibilidade

- Sinalização digital, conteúdos acessíveis e orientação ao usuário.

Resultados Esperados:

- Redução do tempo de espera.
- Transparência e acesso simplificado às informações.
- Fortalecimento institucional e melhoria operacional contínua.

Justificativa para uso de recursos de TACA:

A aplicação é permitida na metodologia do IPAAM por tratar-se de fortalecimento institucional vinculado a projeto previsto no portfólio, alinhado à eficiência, publicidade e modernização dos serviços ambientais.